

**PATRIMÔNIO CULTURAL E INFORMAÇÃO HISTÓRICA: MEDIANDO
PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CIDADE DE RIO GRANDE-RS**

**CULTURAL HERITAGE AND HISTORICAL INFORMATION: MEDIATING
EDUCATIONAL PRACTICES IN THE CITY OF RIO GRANDE-RS**

Recebido em: 18/09/2021

Aceito em: 29/10/2020

Edison Ferreira de Macedo¹

Resumo: A pesquisa analisa os mecanismos e procedimentos da gestão da informação dos programas educativos dos acervos culturais na cidade de Rio Grande-RS, voltados ao atendimento dos alunos(a)s do ensino público fundamental. Os acervos em sua pluralidade constituem-se espaços de memórias através dos diversos artefatos e registros. As formas de gestão da informação e preservação dessas memórias, são imprescindíveis ao processo ensino/aprendizagem. Instituições culturais são espaços de fruição e práticas educativas informais, essenciais a (re) construção do conhecimento histórico. Em termos de universo, o artigo utiliza as instituições governamentais e não governamentais que desenvolvem ações educativas juntas as escolas do ensino público fundamental. As análises teórico/metodológicas através da observação participativa e roteiro de entrevistas, constata a existência de ações diversificadas da gestão da informação dos programas educativos nas instituições. E obstáculos que levam a refletir as mutações na dinâmica do processo de gestão cultural com vista a uma Educação (do) e pelo Patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Educação; História; Informação.

Abstract: The research analyzes the mechanisms and procedures of information management of educational programs of cultural collections in the city of Rio Grande-RS, aimed at serving students of elementary school. The collections in their plurality constitute spaces of memories through the various artifacts and records. The forms of information management and preservation of these memories are essential to the teaching/learning process. Cultural institutions are spaces of fruition and formal educational practices, essential to (re) construction of historical knowledge. In terms of universe, the article uses governmental and non-governmental institutions that develop educational actions together in elementary schools. The theoretical/methodological analyses through participatory observation and interview script, verify the existence of diversified actions of information management of educational programs in institutions. And obstacles that lead to reflect the changes in the dynamics of the process of cultural management with a view to an Education (of) and heritage. Keyword: Leadership, Training, Survey, Needs.

Keywords: Heritage; Memory; Education; History; Information

¹ Doutorado em História Université Paris VII Denis Diderot. Pós-doutorado em Sociologia da Educação Université de Rouen. Pós-doutorado em Ciência da Informação Universidade Federal da Paraíba-UFPB. E-mail: E-mail: emacedo6@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, as análises teóricas e metodológicas envolvendo o ensino de história apontam para discussões do uso de diferentes linguagens e fontes disciplinares. Essas mudanças ocorreram articuladas às transformações sociais, políticas e educacionais no âmbito da dinâmica cultural. No campo das práticas pedagógicas e especificamente nas do ensino de história, esse debate faz parte do processo de crítica ao uso exclusivo de livros didáticos e métodos tradicionais de ensino ainda característico no espaço educacional brasileiro (ALMEIDA ET AL, 1996; NOVOA, 1988; FONSECA, 2003).

A escola não pode ser percebida como exclusiva na transmissão do conhecimento. Além dos saberes disciplinares, é preciso considerar a dinâmica da produção cultural em sua pluralidade como objeto de conhecimento. Nessa perspectiva, percebemos a importância da mediação do acervo cultural no processo ensino/aprendizagem, através dos saberes produzidos pela e na mídia, nas ruas, em expressões artísticas diversas e práticas culturais do cotidiano (MENDONÇA, 2009; AZEVEDO, 2010).

Entre outras definições, o patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais transmitido de geração à geração, recriados pelas comunidades e pelos grupos sociais em função de seu ambiente e de sua dinâmica histórica (Bourdieu, 2007). Assim, saberes, práticas, fazeres e expressões artísticas em sua pluralidade constituem bens imateriais. Os materiais são representados por bens imóveis, tais como núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, acervos (TORRES, 2013). Museus, arquivos, bibliotecas, edificações e o meio ambiente são espaços privilegiados de memórias que nos ensinam a pensar e refletir a temporalidade das experiências históricas (Ricouer, 2000). A Educação pelo patrimônio possibilita interpretarmos objetos de coleções, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando o exercício da cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar o acervo em sua diversidade (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 2004).

Estudos e pesquisas no campo das práticas pedagógicas apontam as dificuldades vivenciadas pela escola em consequência do paradigma midiático e gerações de aluno(a)s formados por uma gama de informações multimídia. Bittencourt (2006), tratando de questões relacionadas à temporalidade no ensino de história, mostra que a dinâmica tecnológica é responsável por ritmos acelerados de mudanças, fazendo com que tudo rapidamente se transforme em passado com vagas perspectivas em relação ao futuro.

As necessidades impostas pela acelerada dinâmica da sociedade de consumo transforma tudo, incluindo o saber escolar, em mercadoria. Assim, diante de tais perspectivas postas pelo acelerado ritmo de gerações que vivem um presente histórico efêmero, que caminhos a educação deve trilhar no sentido de preservar nossa memória e os bens culturais herdados? O processo de transição a novos paradigmas pedagógicos não produz, automaticamente, alterações dos saberes no espaço escolar. É necessário a inferência do tempo/currículo no sentido de adaptarmos novas abordagens e novos objetos para que façamos balanços sobre diferentes áreas, pensando em seu estado atual e nas tendências que se configuram para a produção do conhecimento. (BAUDRILLARD, 1970; SILVA e FONSECA, 2007).

Nesse sentido, analisamos a importância da ação educativa mediada pelo acervo cultural em sua pluralidade, compreendendo a importância dada à práxis educativa patrimonial no sentido da preservação e conservação de nossas identidades culturais, assim como das reflexões teóricas e metodológicas disciplinares nas relações acervo cultural e comunidades escolares como necessárias à reconstrução do conhecimento histórico (BRASIL, 1997).

O convívio e o acesso de crianças e adolescentes em processo de escolarização ao acervo cultural, interagindo e participando das atividades educativas, possibilitam o desenvolvimento cognitivo, a fruição do conhecimento e a descoberta de novos saberes proporcionados pela historicidade cultural. Fomentar ações educativas em instituições culturais é importante tanto no sentido de dinamizá-las, divulgá-las e preservá-las, como de incentivar a produção cultural e o desenvolvimento educacional (ANDRADE, 2001; FREIRE, 1980).

A memória resultante da ação humana, preservada e recuperada pela diversidade cultural, constitui elemento essencial à disseminação do conhecimento, contribuindo para a ampliação desta na constante dinâmica entre o tempo sincrônico e o diacrônico, de forma a salvaguardar o patrimônio cultural para gerações futuras. Assim, o currículo escolar deve priorizar o planejamento de programas de acesso ao acervo local e regional como proposta educativa, tendo em vista a discussão da transversalidade temática dos parâmetros curriculares (LE GOFF, 1982; MORIN, 2002).

A partir das concepções acerca da função socioeducativa, as instituições culturais passam a serem percebidas como espaços de práticas info-culturais diversas e em constantes alternâncias, objetivando o conhecimento em sua temporalidade. A criação e o

desenvolvimento de políticas públicas nas instâncias governamentais representam essencial papel para a viabilização de projetos tendo como metas o intercâmbio do patrimônio cultural. Em outras palavras, a criação e a adoção de políticas públicas nas instâncias governamentais representam papel essencial para a viabilização de projetos tendo como metas o intercâmbio do patrimônio cultural (GARCIA; OLIVEIRA, 2013).

A política cultural assegura tanto a instância pública quanto privada, a promoção e socialização dos bens culturais, tais como: literatura, cinema, teatro, artes plásticas, dança, enfim, os produtos pensados, refletidos e criados pela humanidade em suas concepções de mundo e de realidade. São esses espaços culturais que proporcionam a conversão da informação em conhecimento por meio das trocas de experiência (FERREIRA, 2010).

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade atua como forma de desenvolver trabalho de inserção dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inovaram ao trazer maneiras de trabalharmos a interdisciplinaridade nos currículos escolares, ressaltando a temática da educação patrimonial. Dessa forma, é fundamental a ampliação de discussões, viabilizações e execução de propostas objetivando o avanço da educação patrimonial como prática pedagógica, ressaltando a importância deste trabalho em escolas e instituições culturais, no sentido de proporcionarmos às equipes pedagógicas valorização e preservação do patrimônio cultural em sua diversidade (BRASIL, 1997).

A construção social do currículo é permeada por níveis de elaboração que se complementam, conflitam e se relacionam com áreas afins do conhecimento, possibilitando modificações e transformações. O currículo é entendido como campo de relações e intenções sociais, políticas, econômicas e culturais. Chauí (1982) mostra que, na elaboração dos currículos escolares, o discurso do poder se pronuncia sobre a educação e define seu sentido, sua forma, sua finalidade e seu conteúdo, estabelecendo sobre cada disciplina, o controle da informação a ser transmitida e da formação pretendida. Para Abud (2006), é parte constitutiva do contexto produzido e produtor de relações, de saberes e práticas escolares. Nesse aspecto, a Ciência da Informação (CI) se traduz como conhecimento interdisciplinar do currículo no processo ensino aprendizagem. Na educação informal, a

Ciência da Informação (CI) atua através de práticas culturais das atividades educativas oferecidas nas diversas instituições culturais.

A dinâmica e multiplicidade das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) no mundo globalizado divulgam, em escala mundial, informações fragmentadas e tomadas como conhecimento, construindo, desse modo, o mundo fragmentado que conhecemos. É como se o mundo em toda sua dimensão fosse construído apenas por fatos e notícias que chegam até nós. Nesse aspecto, análises teóricas de Baccega acerca das TIC e da educação demonstram:

Informações fragmentadas não são suficientes para a produção do conhecimento visto que o conhecimento processa-se pela condição de reelaboramos o que recebemos como um dado, possibilitando que não sejamos meros reprodutores; inclui a capacidade de elaborações novas, permitindo reconhecer, trazer à superfície o que ainda é virtual, o que, na sociedade, está ainda mal desenhado, com contornos borrados (BACCEGA, 2000 / 2001, p. 24).

A teoria da economia das trocas simbólicas de Bourdieu (2007) apresenta em suas análises o mercado face à relação das condições de produção e de reprodução dos agentes e das instituições econômicas, sociais e culturais. Essa relação se dá a partir da mediação simbólica no sentido em que determina as bases e as estruturas sociais em suas práticas. A este respeito, Baccega (2000 / 2001) acredita que a sociedade que forma nossos alunos e nos forma produz as representações, as formas simbólicas pelas quais se rege e que transformam em bens simbólicos o processo de circulação da informação, caracterizando-a como produto condicionado às condições socioeconômicas. A autora afirma ser o conhecimento condição indispensável para a crítica, haja vista confusões entre conhecimento e informação, entre totalidade e fragmentação, levando à concepção de que a informação veiculada pelas TIC é suficiente para a formação cidadã. Entretanto, em sua visão, o conhecimento é condição indispensável à crítica.

A gestão da informação (GI) atua nos processos de busca, identificação, classificação, processamento, armazenamento e disseminação da informação, de modo a permitir que o fluxo informacional presente nas organizações seja potencializado e atinja seus objetivos nos diversos campos de atuação (DAVENPORT, 1998).

Bibliotecas, arquivos e museus são instituições, cuja origem se confunde com a ideia de cultura, que, desde a Antiguidade, se preocupam com a preservação e transmissão

das experiências e informações acumuladas. Isso implica tipologias de mídias para seus registros, resultando em preservação das memórias e da cultura (ARAÚJO, 2010)

Para Choo (2003), as formas de gestão dessas informações necessitam de estudos, tendo em vista que o potencial reservado ao acervo cultural permite concretizar mensagens e ideias, comunicar e informar os resultados da produção de áreas diversificadas. Por outro lado, a ação educativa, ao contrário do que podemos pensar, não se resume a exposições, bibliotecas e arquivos, mas, sobretudo, aos recursos e às estratégias que aproximem instituições e público.

Almeida e Vasconcellos (2006) apontam o potencial reservado ao acervo cultural, permitindo concretizar mensagens e ideias, comunicar e informar os resultados da produção das diversificadas áreas. Consideram, por outro lado, que a ação se centre, dentre outras, em exposições, e que as instituições sejam suportes essenciais que permitam aproximar a relação com o público em geral por meio de uma gama diversificada de atividades.

Avelar (2010) nos mostra que políticas públicas são linhas de orientação que o Governo estabelece em prol de interesses da sociedade. A escolha de alguns segmentos em detrimento de outros espelha os princípios ideológicos da base política que sustenta os governantes. As prioridades dependem dos valores e da visão de mundo de quem ocupa os cargos no Governo e, também, da capacidade de articulação dos setores organizados. Assim, no Brasil, dar continuidade aos programas culturais dos governos precedentes se traduz como obstáculos hierarquizados pelo poder do “novo” ou reeleitos.

Instaurado como secretaria durante o Governo de Getúlio Dornelles Vargas, anos 1930, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar os diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira. Sua missão é “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”.

Os núcleos do IPHAN vem desenvolvendo em seu programa de educação patrimonial ações educativas de preservação e conservação do patrimônio cultural graças a materiais didáticos pedagógicos. Assim, fotografias de pontos turísticos, igrejas, casarões dos centros históricos e também manifestações culturais locais passam a compor instrumentos da ação educativa dos programas educativos das comunidades escolares e da sociedade em geral.

Ao longo de sua trajetória, o IPHAN adota políticas públicas objetivando a conscientização da sociedade no processo de preservação e de conservação do patrimônio cultural, acreditando ser o processo educacional o caminho de viabilização e concretização de seus programas. Para tanto, preparou o “Guia básico de educação patrimonial” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), contendo propostas, conceitos, critérios, objetivos, metodologias, sugestões de atividades e bibliografia para a implantação de ações que auxiliem e contribuam para o (re)conhecimento da sociedade no que diz respeito às questões relacionadas ao patrimônio cultural em sua diversidade.

No plano legislativo, decretos e leis específicos são promulgados objetivando a proteção dos monumentos através de tombamento e restaurações que visam assegurar a permanência de parte do conjunto arquitetônico e urbanístico em todo o território brasileiro, tratando, ainda, do acervo documental, etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis. Em sua luta pela proteção do patrimônio cultural, estendeu sua ação à proteção dos acidentes geográficos notáveis e das paisagens agenciadas pelo homem (TORRES, 2013).

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA CIDADE DE RIO GRANDE –RS

A interação educação e patrimônio pode ser aplicada em vários âmbitos do conhecimento. Porém, neste trabalho, o destaque vai para as práticas de disseminação da informação de atividades educativas em instituições culturais, visto que o tema tem como característica o enfoque interdisciplinar, além de destacar a importância de sua inserção nos currículos escolares do ensino fundamental em sua transversalidade temática. Os temas transversais constituem proposta didática aberta à discussão de tópicos afins propostos pelo conjunto temático curricular, contemplando a complexidade do conhecimento em sua dinâmica. Assim, o currículo ganha em flexibilidade e em abertura, uma vez que novos itens podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais (BRASIL, 1997).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 prevê no Artigo 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, ou seja, identifica os contextos culturais das pessoas como importante espaço de formação dos sujeitos. A partir da função reservada ao patrimônio cultural e às comunidades escolares, analisamos as

38

práticas de disseminação da informação de atividades educativas e ações voltadas ao atendimento de educandos do ensino público fundamental na cidade de Rio Grande-RS, assim como apreendemos mecanismos e procedimentos de gestão das atividades a fim de atender metas de disponibilidade das informações visando à viabilização e à execução de políticas públicas educativas. Para tanto, selecionamos 10 instituições, objetivando o contato direto com as equipes gestoras para apreendemos os mecanismos e procedimentos de gestão e de disseminação da informação das atividades educativas direcionadas aos aluno(a)s do ensino público fundamental.

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS

A escolha das instituições deu-se pela importância histórica e relevância do acervo cultural reservado ao público escolar, pesquisadores e comunidades em geral. O Patrimônio Cultural entre outras definições refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais transmitido de geração a geração, recriados pelas comunidades e grupos sociais em função de seu ambiente e dinâmica histórica.

MUSEU DA CIDADE DE RIO GRANDE-RS.

A criação do Museu foi promovida pela Fundação Cidade do Rio Grande em fevereiro de 1984. O Museu da Cidade do Rio Grande após ter sido criado foi inicialmente instalado na Rua General Portinho 161. Em 1987 a instituição veio ocupar parte da área do atual Prédio da Alfândega. Atendendo a um pedido do Bispo Dom Frederico Didonet em 1986, a Fundação Cidade do Rio Grande constituiu a Coleção de Arte Sacra, a qual foi instalada na Capela de São Francisco de Assis. O acervo do Museu da cidade de Rio Grande-RS, integra todas as transformações da sociedade rio-grandina. Suas coleções remontam cenários comparativos entre o passado e o presente da cidade em constante diálogo com a sociedade.

FOTOTECA MUNICIPAL RICARDO GIOVANNINI

A Fototeca Municipal Ricardo Giovannini foi criada sob decreto nº 6985 em 01 de julho de 1997, tem como fim a salvaguarda da memória e da história da cidade de Rio Grande-RS, através da documentação fotográfica. A instituição apresenta um inventário de aproximadamente quinze mil imagens em diferentes processos fotográficos. Este acervo apresenta em sua pluralidade iconográfica registros das identidades culturais e estéticas.

Assim podemos ver as paisagens urbanas, marítimas e rurais, o patrimônio arquitetônico e o patrimônio imaterial documentado nas manifestações e expressões culturais populares, profanas, sacras e artísticas da cidade de Rio Grande-RS.

NÚCLEO DE MEMÓRIA ENG. FRANCISCO MARTINS BASTOS

Criado em 20 de agosto de 1994, o NUME instituiu-se oficialmente como um órgão ligado a PROACE (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis). Em 20 de agosto de 2001, o NUME inaugurou sua sede definitiva, no local do Campus cidade onde funcionou a Reitoria desde inícios de 1980 até agosto de 2001. Em 5/12/2008 passou a ser um órgão ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Acompanhando o ritmo de desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande, o NUME passa por transformações com vista a tornar-se um dos mais modernos museus da cidade de Rio Grande - RS. Tendo como objetivo principal resgatar, preservar e divulgar a história da FURG, construindo uma visão coerente do desenvolvimento da Universidade, através da integração entre os servidores ativos e aposentados, acadêmicos e a comunidade em geral.

ESPAÇO CULTURAL E HISTÓRICO ESPÍNOLA & CIA

Acervo histórico privado que reúne através de uma exposição permanente mais de 200 peças confeccionadas artesanalmente, retratando a história da fundação e reconquista da cidade de Rio Grande de São Pedro. São maquetes, fortificações, uniformes, armamentos e objetos do Século XVIII. Fundada oficialmente em 19 de fevereiro de 1737, com a chegada da frota do Brigadeiro José da Silva Paes, a atual cidade de Rio Grande foi referência estratégica de Portugal em garantir o controle do extremo Sul do Brasil. Assim, a guerra de reconquista do Rio Grande de São Pedro movida por luso-brasileiros, encontrou seus momentos culminantes no ano de 1776, decisiva para assegurar a presença portuguesa não só na Barra do Rio Grande, mas no Rio Grande do Sul.

ACERVO HISTÓRICO DO PORTO DO RIO GRANDE - RS

A história do Museu do Porto confunde-se com a memória do Cais do Porto Velho e a construção dos molhes oeste, na cidade de Rio Grande. Inaugurado em 1991, ocupa o armazém 1, do Cais do Porto Velho, com dimensões de 6.552 m³. Conta com um diversificado acervo, constituído de fotografias que contam a construção dos molhes, o desenvolvimento econômico do cais do porto, documentos referentes aos acordos

firmados entre Estados Unidos e França, que possibilitaram a construção da obra. O acervo agrega réplicas de rebocadores, vagão leito e instrumentos utilizados pelos trabalhadores. O Museu do Porto pela memória que representa, teve sua história ligada desde sua criação a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG). Todos os que visitam os molhes da barra e se encantam com a grandiosidade da obra, encontram no Museu do Porto a história contada pelo acervo.

ACERVOS AGREGADOS A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG

A Universidade Federal do Rio Grande é referência nos estudos e pesquisas da oceanografia. Nesse sentido, tem sido particularmente significativa a contribuição de seu complexo de museus e centros associados, tanto por meio de exposições permanentes e itinerantes quando pela sua capacidade de dialogar com a comunidade local. Assim, o patrimônio marítimo é aberto a população local e demais regiões através do seu vasto acervo oceânico mobilizado em defesa do patrimônio marítimo costeiro nacional. O Complexo de Museus e Centros Associados, formado pelo Museu Oceanográfico "Eliézer de Carvalho Rios", Museu Antártico, Eco-Museu da Ilha da Pólvora, Museu Náutico, Centro de Recuperação de Animais Marinhos - CRAM e Centro de Convívio dos Meninos do Mar - CCMar, complementam a missão da universidade no trinômio ensino, pesquisa e extensão.

MUSEU OCEANOGRÁFICO DA FURG

O Museu Oceanográfico "Prof. Eliézer de Carvalho Rios" deu origem ao Complexo de Museus e Centros Associados da Universidade Federal do Rio Grande. Fundado em 8 de setembro de 1953, mantém uma exposição pública sobre a vida e a dinâmica dos oceanos, apresentada em painéis, maquetes, aquários e diversos equipamentos utilizados em pesquisas oceanográficas. Nos painéis das salas do Museu são apresentadas várias conchas, que enriquecem a sua coleção de moluscos (atualmente com 51.000 lotes). Esta coleção, considerada a mais importante da América do Sul, foi organizada pelo Diretor Fundador do Museu Oceanográfico, o Professor Eliézer de Carvalho Rios. Além das coleções de aves marinhas, crustáceos, peixes, equipamentos oceanográficos e fósseis, destaca-se a coleção malacológica. Um acervo que contém 2900 amostras e 160000 exemplares, constituindo-se na mais completa coleção de moluscos

marinhos da América Latina, utilizada para inúmeros estudos científicos realizados por cientistas, estudantes e interessados na ecologia.

ECO MUSEU DA PÓLVORA

Inaugurado em 22 de abril de 1999, o Eco-Museu da Ilha da Pólvora integra uma exposição sobre a história natural do estuário do Rio Grande. A Ilha da Pólvora, patrimônio do Exército Brasileiro localiza-se no estuário da Laguna dos Patos e possui 42 hectares de marismas, que são áreas periodicamente alagadas pela maré e servem de habitat para várias espécies de aves, roedores, moluscos, crustáceos, larvas e juvenis de peixes. Essas marismas estão bem preservadas e, por isso, são utilizadas com objetivos educacionais e científicos. Neste museu também são desenvolvidos diversos trabalhos científicos de graduação e pós-graduação, dentre os quais se destacam estudos sobre a vegetação, crustáceos, aves e roedores.

MUSEU ANTÁRTICO

Inaugurado em 7 de janeiro de 1997, o Museu Antártico mostra um pouco da vida no continente gelado e a significativa presença do Brasil na Antártica. Anexo ao Museu Oceanográfico, o prédio do Museu Antártico constitui-se de uma reprodução das primeiras instalações da Estação Antártica "Comandante Ferraz". Seu acervo conta com diversos painéis de fotografias que detalham a história da conquista daquele continente, a dinâmica dos mares e vida no Polo Sul, bem como o esforço brasileiro em manter uma base num ambiente tão inóspito. Estão incluídos na sua exposição, alguns objetos utilizados pelos brasileiros e amostras geológicas e biológicas da Antártica.

MUSEU NÁUTICO

O Museu Náutico, inaugurado em 9 de abril de 2003 e revitalizado em 13 de junho de 2007, integra em sua exposição a cidade de Rio Grande como acervo histórico e marítima, realçando sua íntima relação com o mar e com o estuário da Laguna dos Patos. Tem como objetivo resgatar, preservar e divulgar a cultura e o conhecimento náutico local, valorizando o trabalho humano vinculado a esta cultura e dignificar a atividade daqueles que vivem do mar. Seu acervo se constitui de embarcações, equipamentos de navegação,

pescas, sinalização náutica, mapas e maquetes, que atendem aos modernos princípios da museologia.

MUSEU DA COMUNICAÇÃO RODOLFO MARTENSEN

Atualmente em processo de reforma e restauração do acervo, o Museu de Comunicação Rodolfo Martensen busca resgatar a memória da comunicação em suas diferentes vertentes. Coleções de discos, aparelhos de rádio e equipamentos de TV são alguns dos objetos do acervo. A coleção de aparelhos de rádio impressiona pela diversidade. São diversos modelos de diferentes épocas do século XX, alguns inclusive em perfeito funcionamento. Fundado em 6 de abril de 2001 e agregado a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, o Museu da Comunicação preserva toda a memória da história do rádio, através de peças significativas pertencente ao acervo. A comunidade foi sensibilizada e passou a colaborar com o acervo, especialmente a Rádio Cultura Rio-Grandina, a mais antiga em atividade na cidade, que encaminhou uma quantidade significativa de discos. Com doações de equipamentos antigos, o acervo foi ampliado para além do rádio, com peças das áreas de televisão, jornalismo impresso e publicidade.

ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

Mantivemos contato com equipes pedagógicas dos estabelecimentos escolares do ensino público fundamental em Rio Grande-RS, objetivando analisar a interdisciplinaridade nas relações instituição cultural / escolas com vistas à reconstrução dos saberes no processo ensino/aprendizagem. A observação in loco dos acervos das instituições e do ambiente escolar junto aos gestores, coordenadores, educadores e aluno(a)s, possibilitaram a percepção dos mecanismos de gestão, organização e disseminação da informação das atividades culturais voltadas ao público escolar.

- Colégio Estadual Lemos Junior – Centro
- Escola do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC/FURG
- Escola Estadual José da Silva Paes – Lar Gaúcho
- Escola Estadual de Ensino Médio Silva Gama - Balneário Cassino
- Escola Estadual Nossa Senhora Medianeira – Cidade Nova
- Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller – Centro
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Marechal Emílio Luiz Mallet – Centro

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Wanda Rocha Martins – Cassino

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Ademar Correa - Vila Santa Teresa
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Cipriano Porto Alegre - Matadouro

AS INTERFACES DA INFORMAÇÃO CULTURAL NA MEDIAÇÃO DO ENSINO FORMAL/INFORMAL

Ao lado da escultura, da pintura, da gravura, da colagem e do desenho, a fotografia, o cinema, o vídeo, a arte sonora ou os jogos se mesclam, reunindo atividades mil que supõem a criação de sensações ou de estados de espíritos de caráter estético, impregnados de vivência pessoal, e, quiçá, capazes de suscitar no público o desejo de prolongamento ou renovação. Há, inclusive, a oportunidade de o visitante ler sobre alguns dos artistas que se fazem presentes ou sobre exposições pontuais. E' o museu interativo (TARGINO, Maria das Graças, 2014, p. 56).

O convívio e acesso de crianças e adolescentes em processo de escolarização ao acervo cultural, interagindo e participando das atividades educativas possibilita o desenvolvimento cognitivo, a fruição do conhecimento e descoberta de novos saberes proporcionados pela historicidade cultural individual e coletiva. Fomentar ações educativas em instituições culturais é importante tanto no sentido de dinamizá-las, divulgá-las, preservá-las, como de incentivar o processo de produção cultural e o desenvolvimento educacional. (ANDRADE, 2001; FREIRE, 1980).

As escolas e as instituições culturais devem dialogarem e interagirem juntas na tomada de decisões com vistas à execução e elaboração de programas e de atividades que atendam a realidade dos alunos(a)s, ou seja, que possam complementar o que está sendo visto em sala de aula. Para tanto, ambas as instituições precisam buscar informações no sentido de organizá-las e disponibilizá-las. A informação nesse processo se traduz como relevante no sentido de identificar as necessidades da demanda de usuários planejando ações culturais voltadas ao público escolar (BEAL, 2004).

GESTÃO DA INFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Os procedimentos de organização dos resultados obedeceram aos critérios de interpretação dos dados categorizados por grupos de informações segundo critérios específicos aos dois objetivos da pesquisa (BARDIN, 2009). Para a gestão de práticas culturais, utilizamos cinco categorias de análises: *obtenção da informação; classificação da informação; armazenamento da informação; recuperação da informação; acesso à*

informação. Para as práticas de disseminação das atividades culturais, empregamos duas categorias de análise: os suportes de comunicação tecnológica subdivididos em mídias tecnológicas internet e as redes sociais e os suportes de comunicação subdivididos em mídias tradicionais e suporte eletrônico. As mídias tradicionais foram subdivididas em suporte impresso, jornais e revistas e suportes eletrônicos, a televisão (TV) e o rádio.

A observação do acervo e o contato direto com os gestores das diversas instituições possibilitaram a percepção dos mecanismos de gestão, organização e disseminação das atividades culturais voltadas ao público escolar. Para as entrevistas, adotamos a combinação sistemática de perguntas abertas e fechadas, como forma de orientação às questões abordadas (MINAYO, 2007).

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Analisando os resultados da categoria *obtenção da informação*, verificamos que a maioria das instituições pesquisadas oferece como atividade cultural aos estudantes do ensino fundamental visitas previamente agendadas. São atividades que suscitam ao público escolar a descoberta e a experimentação do acervo visitado. Entretanto, algumas escolas chegam às instituições sem informações prévias do acervo visitado, descaracterizando, assim, o processo de fruição do conhecimento.

É imprescindível o conhecimento prévio e informativo de educadores e educandos com vistas à busca do conhecimento, evitando os riscos de cair no *laissez-faire* das atividades educativas extraclasse. Almeida e Vasconcellos (2006, p. 105) “nos mostra que para que ocorra o processo educativo é preciso compreender as mensagens propostas pelo acervo visitado e o compromisso de construirmos novos significados a partir dele.”

No sentido da palavra, o termo – visita – em se tratando de fruição do conhecimento no espaço escolar informal ainda conduz à espontaneidade do ato. Visitar uma exposição proposta pela escola é um momento de lazer vivenciado entre professores e alunos, ou seja, um momento de distração em meio ao acúmulo de conteúdos a serem executados durante o ano letivo pelo planejamento escolar. A visita *in loco* ao acervo ainda se traduz como descompromisso da transmissão de conhecimentos. Azevedo (2010) discorre sobre a importância do planejamento escolar quando trabalhamos com o acervo local, haja vista que o professor precisa preparar seus alunos para a descoberta e para a observação empírica

do patrimônio cultural, dos conteúdos e das formas de linguagens na construção de novas significações.

Escolas e instituições culturais devem dialogar juntas na tomada de decisões com vistas à execução e à elaboração de programas e de atividades que atendam à realidade dos alunos, ou seja, que possa complementar o que está sendo discutido em sala de aula. Para tanto, ambas precisam buscar informações no sentido de organizá-las e disponibilizá-las. Nesse processo, a informação se traduz como relevante no sentido de identificar as demandas dos usuários planejando ações culturais voltadas ao público escolar (BEAL, 2004).

As análises da categoria *classificação da informação* apontam a inexistência de estudos prévios da informação voltados aos interesses específicos do público educativo para favorecerem o planejamento e a organização de atividades. A maioria dos coordenadores das instituições declara que define suas ações de acordo com o evento que pretende realizar ou com temas ou, ainda, por conta de datas comemorativas. Portanto, a classificação deve se basear em categorias de informação e de conhecimento que atendam e apresentem múltiplas dimensões, de modo a permitirem várias possibilidades de acesso à informação pelo público. Para Miranda (2010), a classificação da informação nas organizações tem como função facilitar a localização do documento no momento de sua busca e recuperação, processando e gerando informações para a elaboração de produtos e serviços informacionais.

A categoria *armazenamento da informação*, por sua vez, revela a inexistência, em algumas instituições, de arquivos reservados à estocagem de informações. Assim, essas instituições culturais não mantêm, através de seus gestores, o controle arquivista de informações. Temos, pois, o disfuncionamento da informação de seus espaços de origem. McGee e Prusak (1994) tratam da importância dada a um sistema integrado de armazenagem e de conservação da informação a fim possibilitar acesso e uso nas organizações culturais. Gerenciar informação é tão importante quanto gerenciar outros bens, isto é, a informação precisa ser administrada da mesma forma que os bens materiais.

Para a categoria *recuperação da informação* nas instituições objetivando o atendimento do público escolar alguns gestores afirmaram estabelecerem programação de atividades fixas, desligadas das necessidades e demandas de busca e recuperação das informações que a eles interessa. Espaços formais e informais do ensino se traduzem como ambientes

dinâmicos da produção dos saberes. Assim, manter uma programação educativa fixa é não acompanhar as mudanças operacionalizadas no processo de transmissão e de reconstrução do conhecimento.

O *acesso à informação* das atividades culturais realizadas nas instituições culturais pelos coordenadores escolares ainda é precário, mediante a problemática relacionada com as condições de infraestrutura e de indisponibilidade em rede. Algumas instituições não trabalham com sistema de informação on line, o que dificulta o acesso das equipes pedagógicas de ensino à agenda cultural da cidade. A conexão informacional integrada acervos / escolas possibilitaria o acesso às atividades culturais dos alunos com vistas à organização e ao planejamento das visitas. Neste sentido, Castro (2006) sustenta que, quanto mais informações estiverem ao alcance dos gestores pedagógicos, maiores as possibilidades de criação e de busca de recursos para investir nas ações educativas. Conforme explicitado, há instituições que desconhecem o sistema integrado de informação, dificultando o acesso. Dispor dessa ferramenta é essencial, uma vez que a entidade integra vários setores e cada um deles cria e produz informações que deveriam interligar-se numa dinâmica coletiva de produção e de conhecimento.

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As análises centradas na disseminação da informação via *tecnologia midiática* integrada às instituições indicaram que, com exceção de uma organização, todas as demais mantêm atualizadas e disponibilizadas em seus sites informações relacionadas com as atividades culturais oferecidas ao público educativo e à comunidade local. Bittencourt et al. (2010) acreditam que as tecnologias, em especial, a internet, têm possibilitado a disseminação da informação de maneira ágil e precisa, graças ao crescente número de sites e blogs em meio eletrônico acompanhados pelo surgimento de redes sociais, como twitter e facebook. Assim, as redes sociais disponibilizadas pela internet apresentam-se como suporte tecnológico de disseminação da informação utilizado em instituições culturais. Estas empregam, com frequência, a *mala direta* como forma de disseminação da informação das atividades culturais para as comunidades escolares. Este suporte eletrônico de comunicação consiste em contato direto através de listas de electronic mail (e-mail) ou cartas enviadas à Secretaria de Comunicação para que a mesma realize o trabalho de divulgação das atividades culturais.

A TV se destaca como um dos suportes eletrônicos bastante adotados na disseminação de informações sobre atividades culturais. Rosa e Toniazzi (2010) afirmam ser esta a mídia de maior alcance no Brasil, porquanto a televisão ocupa lugar privilegiado na hierarquia dos meios de comunicação. No caso do Brasil, a TV não é apenas um veículo do sistema nacional de comunicação. Ela desfruta de prestígio tão considerável que assume a condição de única via de acesso às notícias e ao entretenimento para grande parte da população (Albuquerque; Oliveira, 2014). O rádio, por seu turno, impõe-se como um dos meios de comunicação mais democrático e utilizado no Brasil. Dentre as instituições integrantes do universo da pesquisa, apenas duas o adotam como forma de divulgação de informações, afirmando ser ele significativo instrumento de difusão e meio de comunicação democrático. Todas as instituições afirmaram utilizar alguma mídia de suporte físico. Dentre os citados, destacamos o jornal como meio utilizado em grande escala.

ALGUNS ELEMENTOS DE CONCLUSÃO

As fronteiras entre disseminação da informação e atividades educativas culturais são bastante tênues. No campo empírico, percebemos diversas situações atribuídas à gestão dessas atividades. Sem dúvida, as problemáticas relacionadas com as condições de trabalho desses profissionais interferem decisivamente no produto final, seja a produção cultural em sua pluralidade como transmissão do conhecimento. Assim, parece relevante à pesquisa, a divisão do campo de trabalho dos profissionais da cultura como algo que suscita questionamentos. Qual o papel das organizações face às diferenciações reais nos perfis e nas funções desses profissionais?

Um gestor cultural sem vivência do cotidiano escolar acaba realizando um trabalho teórico e desconexo da realidade educativa. A atuação e a consciência de cada profissional nas diversas funções das organizações tornam evidente a vinculação da produção e da gestão cultural. Afinal, os resultados demonstram que, na maioria das instituições, a elaboração das atividades culturais é preparada sem revisão nem análise de informações ou dados armazenados. Tais atividades são, muitas vezes, produzidas por demanda espontânea e não para atender à missão da entidade no sentido de justificar sua existência perante a sociedade. O foco em recuperar as informações armazenadas se traduz, em geral, na prestação de contas aos órgãos superiores ou financiadores, atitudes desvinculadas do

alcance de objetivos e de metas no cumprimento da missão da instituição e das demandas sociais.

Reiteramos que os gestores das comunidades escolares não têm acesso em tempo real à agenda cultural das instituições, ou seja, desconhecem as atividades que estão sendo elaboradas pelos coordenadores das instituições. As informações chegam ao conhecimento das equipes pedagógicas na última hora, dificultando, pois, o planejamento e o acesso às visitas dos alunos.

A observação participativa mediada pelo roteiro de entrevistas organizado a cada uma das 10 instituições, muitas vezes, nos conduziu à reflexão de algumas terminologias técnicas específicas da Ciência da Informação (CI) e que se mostravam, por vezes, incompreensivas aos profissionais diretamente implicados em nossa investigação. Constatamos nas falas dos coordenadores das instituições e da equipe pedagógica das comunidades escolares certo constrangimento motivado pela descontinuidade de programas e projetos culturais quando de novas gestões governamentais. A descontinuidade das políticas públicas, no país, não chega a ser novidade, quando determinados grupos chegam ao poder e, por vezes, é vista como determinante de nossa cultura.

Um item a ser levado em consideração diz respeito às barreiras de acesso à informação dos programas culturais que não correspondem ao processo de disseminação. Alguns coordenadores pedagógicos relataram suas dificuldades de acesso às atividades educativas das escolas públicas situadas em áreas periféricas. A falta de transporte público impossibilita a visita de educadores e de educandos. Assim, aluno(a)s e educadores ficam excluídos do acesso e da participação às atividades educativas por falta da gestão de transportes públicos disponibilizados pelas secretarias de Educação (ou similares) do Estado ou do município. Por fim, a dinâmica das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vem possibilitando o acesso à disseminação das informações transmitidas. Entretanto, é importante levar em conta a dimensão significativa das desigualdades sociais em nossa sociedade, a qual impossibilita o acesso de todos ao uso dos meios de comunicação digitais e eletrônicos.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. Currículos de historia e políticas públicas: os programas de historia no Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. A. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE, C. V. N. de; OLIVEIRA, E. C. R. de. **TV digital interativa: padrões para uma nova era**. 2014.

ALMEIDA, A. M. et al. **Grupo de trabalho**. Relação museu / escola: realidades e perspectivas. In: ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 2., 1996, [S. l.]. Anais... {S. l.}: [s. n.], 1996.

ALMEIDA, M. A.; VASCONCELLOS, C. M. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, C. A. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 104-116.

ANDRADE, C. T. de S. **Para entender relações públicas**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de bibliotecologia, arquivologia y museologia. **Inf.**, Londrina, v.15, n.1, p.173-189, jan. / jun. 2010

AVELAR, R. **O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Dou Ed., 2010.

AZEVEDO, C. B. de. Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história. **Akrópolis**, Umuarama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out. / dez. 2010.

BACCEGA, M. A. **A construção do campo**. Revista USP, São Paulo, n. 48, p. 18-31, dez. 2000 / fev. 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2009.

BAUDRILLARD, J. **La société de consommation, ses mythes, ses structures**. Paris: Denoël, 1970.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

BITTENCOURT, C. A. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BITTENCOURT, C. A. et al. Participação do Estado na democratização das tecnologias da informação e da comunicação: promoção no uso da informação na sociedade do conhecimento. In: TOMAÉL, M. I.; JESUS, J. A. G. de. (Org.). **Informação em múltiplas abordagens: acesso, compartilhamento e gestão**. Londrina: UEL, 2010. p. 17-37.
BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997.

CASTRO, A. C. Produção e disseminação da informação tecnológica: a atuação da INOVA – Agência de Inovação da Unicamp. 2006. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 9º ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

FERREIRA, M. Direitos culturais, bibliotecas e políticas públicas: caminhos para construção de uma sociedade democrática. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGO, 2010, Lima. Anais... Lima: [s. n.], 2010.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARCIA, Joana Coeli; MACEDO, E. F.; OLIVEIRA, B. M. J. F. **Práticas info-culturais em bibliotecas**. Informação e Sociedade (UFPB online) v. 25, p 29-38, 2015.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2004.

LE GOFF, J. **Memória**. Lisboa: Ed. 70, 1982.

McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, V. A gestão da informação e a modelagem de processos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, n. 1, p. 97-112, jan. / mar. 2010.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

NÓVOA, A. **Inovação para o sucesso educativo escolar**. Lisboa: Aprender, 1988.

RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

ROSA, C. P. B; TONIAZZO, G. L. TV digital: a atuação das emissoras nos Estados brasileiros. In: GOBBI, M. C; KERBAUY, M. T. M. (Org.). **Televisão digital: informação e conhecimento**. São Paulo: UNESP, 2010. p.255-271.

SILVA, M; FONSECA, S. G. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas: Papyrus, 2007.

TARGINO, M das G. **Ideias em retalhos sem rodeios nem atalhos**. 1ª ed, Teresina: Halley, 2014.

TORRES, E. C. Patrimônio Cultural e Ludicidade: “Uma proposta educativa para os anos iniciais do ensino fundamental”. In: **Educação Patrimonial: educação, memória e identidades**. IPHAN/PB-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Paraíba. Caderno Temático 3, 2013.